

Entre 1980 e 2012 a expectativa de vida dos brasileiros ao nascer cresceu de 62,5 anos para 74,6, o que significa dizer que em pouco mais de três décadas foram acrescentados 12 anos à existência das pessoas. Um detalhe, foi nesse período que os fundos de pensão brasileiros nasceram (a legislação é de 1977), cresceram e se consolidaram, aprendendo a lidar e se adaptar a um ambiente sempre cambiante e que impacta cada vez mais os planos que administram.

Pesquisa divulgada pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) no “2º Fórum Internacional dos Direitos Humanos dos Idosos”, evento realizado na semana passada na Cidade do México, mostra que o contingente de idosos vai mais do que dobrar no Brasil até 2050. Seu número deverá aproximar-se dos 66 milhões.

Segundo uma outra fonte, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o contingente de brasileiros com 65 anos ou mais era de 4,8% da população total em 1991, passando a 5,9% em 2000 e chegando a 7,4% em 2010. No ano 2020 deve bater nos 9%.

Mais idosos, conforme é fácil imaginar, ajudam a tornar a saúde algo mais caro. Outros fatores, explicava duas semanas atrás o Secretário-Adjunto de Políticas da Previdência Complementar, José Edson da Cunha Júnior, falando em um evento da ABVCap (Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital), são o aumento da obesidade e das doenças crônicas e a inclusão de novos procedimentos médicos que os planos de saúde devem cobrir.

“O custo médio na faixa etária que inicia nos 59 anos tende a triplicar nas internações, exames complementares e outros atendimentos ambulatoriais”, observou José Edson na ocasião, citando números da ANS. Ele também chamou a atenção para o fato de que o reajuste médio dos planos de saúde ao se completar 59 anos é de 42,9%. Um crescimento assim acentuado dos gastos médicos tira renda do aposentado e, se não enfrentado, é um problema que pode corroer perigosamente os benefícios pagos.

Fonte: [ABRAPP](#), em 13.06.2014.